

Difíceis alternativas para a dívida externa

GAZETA MERCANTIL

6 ABR 1990

Celso Pinto*

“Se nós cancelamos parte da dívida existente, eu não vejo como poderia justificar para um acionista, ou para quem quer que seja, emprestar mais dinheiro a cem centavos por dólar”, argumentou o presidente do Midland Bank, Sir Kit McMahon, num depoimento a uma comissão de economia do Parlamento inglês, no final de janeiro.

Um parlamentar havia perguntado a ele se sua posição não poderia, afinal, ser resumida ao seguinte: tudo o que seu banco quer é cair fora do negócio da dívida, levando o máximo possível de dinheiro, e deixar o futuro dos países devedores nas mãos do FMI e do Banco Mundial. O Midland é o banco britânico com maior carteira de empréstimos ao Terceiro Mundo em geral e ao Brasil em particular.

O presidente do segundo maior credor britânico no Terceiro Mundo, Sir Jeremy Morse, do Lloyds, endossou, na prática, o mesmo ponto. “Eu não vejo os bancos de nenhuma forma como provedores de grande volume de recursos de longo prazo (a estes países)”, sugeriu. “Eu vejo este dinheiro vindo da área oficial e dos investimentos privados.”

Este momento privilegiado de franqueza dos dois maiores credores britânicos do Brasil serve como uma boa amostra dos problemas que o País terá pela frente para renegociar sua dívida externa. Há espaço para discutir esquemas para reduzir a dívida externa, mas não



para negociar, simultaneamente, dinheiro novo. “Dinheiro novo”, entenda-se, é apenas o refinanciamento de dívida antiga dos próprios bancos.

A redução da dívida é a opção disponível mais eficaz para equacionar uma dívida que não é pagável a longo prazo. Dinheiro novo alivia de imediato o caixa mas acrescenta dívida e juros a serem pagos no futuro. Redução da dívida elimina dívida futura, mas, em compensação, só tem um efeito importante imediato sobre o caixa se for feita em doses cavalares.

A dívida brasileira é claramente impagável e, portanto, só uma redução substancial do seu estoque eliminará o problema. Mas, dada a dimensão dos atrasados e dos compromissos imediatos, é também um problema de “cash-flow”. Os bancos não negociam com quem mantém atrasados, mas não querem refinarçar esses atrasados através de novos empréstimos — e não há dinheiro oficial suficiente para fazer este papel. De outro lado, os credores não gostariam de “premiar” o Brasil com descontos expressivos se comparados aos obtidos por outros devedores menos rebeldes. O Brasil, por sua vez, certamente não quer nem sacrificar suas reservas nem a consistência do programa de ajuste para satisfazer seus credores externos.

O que parece a solução mais óbvia para o impasse é empurrar o problema com a barriga. Com o passar dos meses, se o ajuste tiver sido bem sucedido, novas alterações poderão surgir. Se tiver fracassado, a moratória certamente continuará.

* Correspondente deste jornal em Londres.